

NOTA TÉCNICA

INDICADOR DE MASSA SALARIAL AMPLIADA: REVISÃO DE METODOLOGIA E NOVOS NÚMEROS*

Rodrigo Leandro de Moura
Gabriel Leal de Barros**

Agosto de 2013

Dinâmica Geral

Dentre as motivações inerentes à necessidade de construir um indicador de rendimentos de alta frequência que incorpore a necessidade de ir além dos rendimentos tradicionais provenientes da renda do trabalho e das regiões metropolitanas, têm-se como os mais relevantes o diagnóstico mais apurado e célere das condições de emprego e renda na economia brasileira para apoio aos *policymakers* no processo de tomada de decisões à luz da conjuntura econômica.

Em paralelo, a sinergia advinda deste esforço acaba por gerar externalidades positivas no tocante à mensuração da capacidade de consumo das famílias, bem como do espaço e do “limite” para o seu endividamento via canal de crédito. Nesse sentido, esta seção busca ampliar e atualizar a metodologia desenvolvida pelo Banco Central e divulgada em seus relatórios de inflação para o indicador de Massa Salarial Ampliada (MSA).

Diante da significativa expansão dos gastos com proteção social e benefícios previdenciários do governo central no âmbito da política de transferência de renda às famílias, a construção de um conceito ampliado de renda não poderia deixar de considerá-los, além obviamente, dos rendimentos provenientes do trabalho. Contudo, para a expansão deste último à dimensão nacional é necessária a utilização de um fator multiplicativo calculado através das relações entre a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), detalhado no **Box** ao final deste artigo.

Assim, como exibido no **Anexo 1**, de forma geral, a análise da dinâmica desse indicador de rendimentos ampliados no período de 2003 a 2012 nos permite observar que a mesma apresentou forte crescimento, em média, de 6,1% ao ano acima da inflação, ao passar de R\$1,28 trilhão em 2003 para quase R\$2,19 trilhões em 2012.

* As opiniões expressas neste ensaio são exclusivamente dos autores e não expressam necessariamente as do FGV/IBRE. Os autores são particularmente gratos ao apoio dos assistentes Rodrigo Damian Machado, Vilma da Conceição Pinto e Pedro Henrique Melo.

** Rodrigo Leandro de Moura é professor e pesquisador do FGV/IBRE. Gabriel Leal de Barros é pesquisador do FGV/IBRE e especialista em Contas Públicas.

Dentre os seus componentes, no **Anexo 2**, observa-se uma desaceleração no crescimento médio das TR, do período 2003-2007 (9,3% a.a.) para o período recente, 2007-2012 (6,5% a.a.), enquanto a MRT apresentou leve aumento da taxa de crescimento real, de 5,7% para 6,1% ao ano em igual período.

A **Tabela 1** mostra resultados interessantes em relação à participação em termos do PIB. O percentual da MSA como proporção do PIB manteve-se estável entre 2003 (44,4%) e 2011 (44%) e saltou para 46,7% em 2012 (aumento de 2,7 p.p.). Nos primeiros seis meses de 2013, esse percentual ainda se encontra em um nível elevado (45,68%). De outra forma, esse movimento reflete uma combinação do baixo crescimento do PIB em termos reais e que foi acompanhado pela manutenção da expansão da MSA. Assim, esse indicador é mais um reflexo do modelo de desenvolvimento baseado no consumo que vem sendo imposto pelo governo. Os recordes históricos alcançados em 2012 e nos primeiros meses de 2013 podem ser sinais de esgotamento desse tipo modelo.

Do ponto de vista da dinâmica de crescimento dos componentes da MSA, eles mostram trajetórias distintas. Enquanto as TR vêm crescendo progressivamente a taxas superiores ao do produto, a MRT caiu de 2003 para 2004 (em decorrência da inflação elevada do período), manteve-se relativamente estável até 2011 e no último ano cresceu quase 2 p.p. do PIB (passando de 33,4% do PIB em 2011 para 35,4% em 2012).

Tabela 1. Percentual da Massa Salarial Ampliada Anual e de seus Componentes em relação ao PIB (em %), 2003 a 2013*

| % PIB | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Programas de Proteção Social | 0.86 | 1.11 | 1.27 | 1.44 | 1.55 | 1.57 | 1.82 | 1.80 | 1.87 | 2.05 | 2.06 |
| Bolsa Família | 0.11 | 0.23 | 0.30 | 0.32 | 0.34 | 0.36 | 0.41 | 0.42 | 0.44 | 0.50 | 0.59 |
| BPC (LOAS + RMV) | 0.26 | 0.39 | 0.43 | 0.49 | 0.53 | 0.53 | 0.58 | 0.59 | 0.60 | 0.66 | 0.73 |
| Abono e Seguro Desemprego | 0.49 | 0.49 | 0.53 | 0.62 | 0.68 | 0.67 | 0.83 | 0.79 | 0.82 | 0.88 | 0.74 |
| Benefícios Previdenciários | 8.28 | 8.40 | 8.73 | 8.95 | 8.87 | 8.47 | 8.98 | 8.71 | 8.70 | 9.34 | 9.12 |
| RGPS | 6.30 | 6.48 | 6.80 | 6.99 | 6.96 | 6.58 | 6.94 | 6.76 | 6.79 | 7.19 | 7.20 |
| RPSP | 1.97 | 1.92 | 1.93 | 1.96 | 1.91 | 1.89 | 2.04 | 1.95 | 1.90 | 2.15 | 1.92 |
| Fundos de Pensão | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Total de Transferência de Renda | 9.13 | 9.51 | 10.00 | 10.38 | 10.42 | 10.04 | 10.81 | 10.51 | 10.56 | 11.39 | 11.17 |
| Massa de Rendimentos do Trabalho | 35.25 | 33.77 | 34.03 | 33.71 | 32.92 | 33.16 | 33.68 | 32.94 | 33.44 | 35.4 | 34.51 |
| Massa Salarial Ampliada (MSA) | 44.38 | 43.28 | 44.03 | 44.09 | 43.34 | 43.19 | 44.49 | 43.45 | 44.00 | 46.83 | 45.68 |

Fonte: PME e PNAD/IBGE, STN e Senado Federal

Elaboração: IBRE/FGV/IBRE

*2013 acumulado até junho.

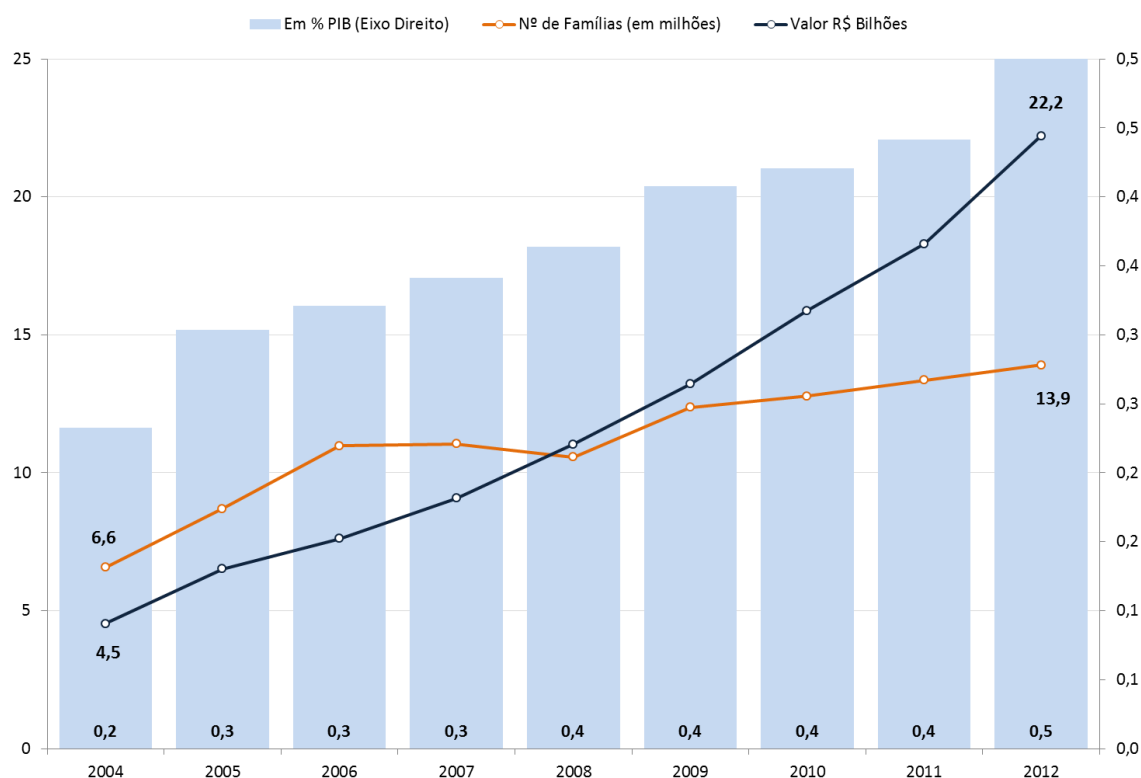
Trajatória das Transferências de Renda (TR)

Tomando por base sua composição, é possível destacar a contínua expansão dos benefícios dos programas de proteção social (PPS) que passou de R\$24,6 bilhões (**Anexo 1**) para cerca de R\$95,8 bilhões no mesmo período, um crescimento médio foi 14,6% a.a. Quanto aos benefícios previdenciários, a despeito do crescimento médio situar-se abaixo do PPS, sua maior influência e forte expansão de 6,3% a.a. foi determinante para a evolução do grupo transferências de renda (TR).

Dentre as principais razões que explicam o crescimento das transferências com os PPS, o Programa Bolsa Família (PBF) tem papel de destaque, haja vista o gigantismo nas taxas de crescimento médio anual, de 22,7% a.a. nos últimos 10 anos, muito superior ao PIB do período. Esse resultado é determinado pela conjugação de diversos fatores, como: i) incremento no número de benefícios concedidos, ii) aumento do valor individual concedido e iii) ampliação dos limites para elegibilidade ao programa.

Nota-se que em janeiro de 2004, logo após o lançamento do programa, o número total de famílias cobertas já atingira impressionantes 6,6 milhões, tendo rapidamente alcançado a marca de 13,9 milhões em 2012, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Pela ótica de preço, destaca-se o importante crescimento no valor médio concedido às famílias que saltou de R\$72,3 no princípio de 2004 para R\$148,7 em 2012. A combinação de elevadas taxas de crescimento para ambos os efeitos, tanto quantum quanto preço, não só acima da inflação como também acima da taxa de expansão da economia, garantiu a elevação continuada do programa medido como proporção do PIB, conforme evidenciado no **Gráfico 1**.

Gráfico 1. Evolução de Indicadores do Programa Bolsa Família



Fonte: MDS e Senado Federal.

Elaboração: FGV/IBRE

Ainda sobre os PPS, chama a atenção os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) que registraram crescimento médio de 15,2% a.a. devido, principalmente, a forte valorização do salário mínimo¹ ao qual está vinculado. É importante notar que diferente dos benefícios do programa Bolsa Família – integrantes do PPS, os BPCs sugerem maior influência do efeito preço (salário mínimo) ante o de quantidade, que apresenta taxas de crescimento mais tímidas em relação ao anterior, conforme descrito no **Gráfico 2**.

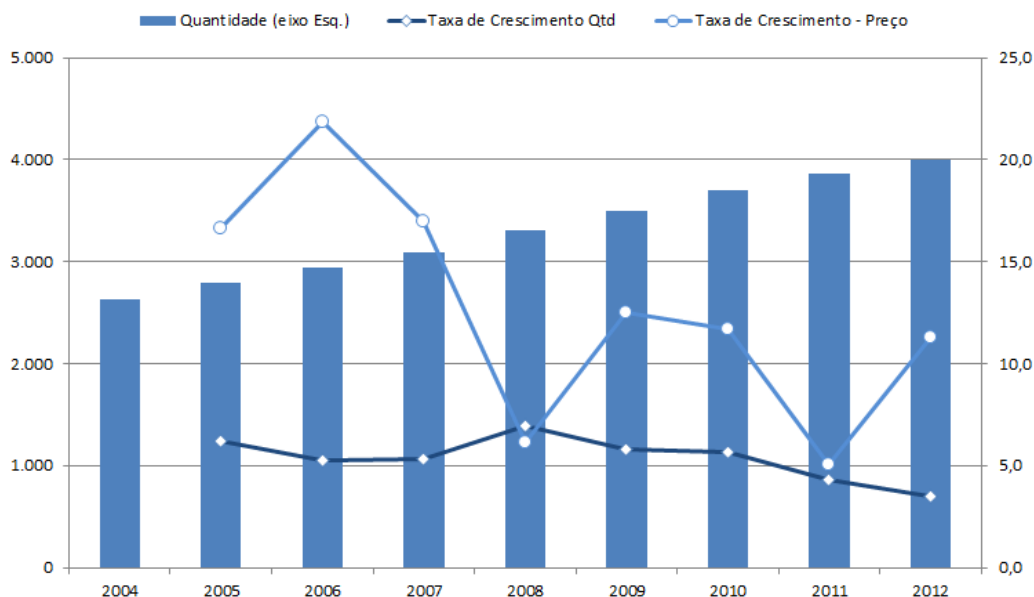
Comportamento semelhante é atribuído ao par de transferências com Abono e Seguro Desemprego, cuja taxa de crescimento média na última década é de 11,4% a.a., acima da inflação. Sobre os determinantes da forte expansão com esses benefícios, destaca-se, além da indexação ao piso nacional, o gradativo e crescente processo de formalização no mercado de trabalho que amplia sua cobertura e também o potencial de beneficiados em momentos de choques sobre a economia.

O intrigante aqui se refere mais a persistência das taxas de crescimento dessa composição de transferências, bastante elevadas, mesmo em períodos cíclicos de maior crescimento econômico. Ou seja, não obstante sua atuação como estabilizador automático em períodos de menor crescimento e maior desemprego, – na crise de 2009, os benefícios cresceram a taxa de 26% acima da inflação frente ao ano anterior - as elevadas taxas de expansão, mesmo em ciclos expansionistas na atividade, são significativas².

¹ O salário mínimo passou de R\$ 240,00 em 2003 para os atuais R\$ 678,00, acumulando ganho real superior a 60% no período. Destaca-se a institucionalização da política de ganhos reais do piso nacional a partir de 2007, bem como a antecipação do período de reajuste de abril para janeiro, como mudanças que reforçaram vigoroso crescimento de benefícios vinculados.

² Diferentes estudos sugerem que a expansão dos gastos com seguro desemprego possui relação com a elevada taxa de rotatividade da força de trabalho, em especial nas camadas de renda mais baixas. Maiores detalhes em Ramos e Carneiro (2002, *Os determinantes da rotatividade do trabalho no Brasil: Instituições x Ciclos Econômicos*), disponível em: <http://bit.ly/19aCCob>.

Gráfico 2: Evolução dos Efeitos Preço e Quantum dos BPCs



Fonte: MPS e Senado Federal.

Elaboração: FGV/IBRE

No que se refere ao grupo de benefícios ligados ao regime previdenciário (BP), as menores taxas de crescimento quando comparadas com os PPS são compensados por sua maior participação, da ordem de 85% (média do período) na composição das Transferências de Renda (TR), conforme destacado no **Anexo 5**.

As taxas de expansão interanuais da ordem de 6,4% a.a. dos benefícios ligados ao regime privado de seguridade social (RGPS) na última década, evidenciam não só a ampla cobertura do sistema previdenciário³, bem como os efeitos da indexação de mais de 67% desses benefícios a regra de reajuste do salário mínimo, institucionalizada a partir de 2007 como o crescimento real do PIB de dois anos anteriores mais a inflação apurada no período anterior.

Por outro lado, a expansão média de 5,9% a.a. dos benefícios dos regimes públicos de previdência social, ou seja, dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS),

³ Diferentes estudos destacam a amplitude do sistema de proteção social no Brasil, um país ainda jovem, quando comparado às demais economias. É importante atentar para uma abordagem completa do *trade-off* existente entre a amplitude do sistema de bem estar social (*welfare state*) e os custos fiscais e sustentabilidade envolvidos. Maiores detalhes em IPEA (2009, *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise – 20 anos da Constituição Federal*), disponível em <http://bit.ly/1alx62n>

em particular no período de 2011 para 2012 onde a taxa de crescimento superou os 14% em termos reais, demonstram a importância do *turnover* e avanço do número de aposentados e pensionistas do serviço público, que saltou de uma média mensal de 835 de 2002 a 2009 para 1.211 no pós-crise, de 2010 a 2012. Adicionalmente, é possível identificar que a política de concessão de ganhos reais a diversas categorias do serviço público no decorrer do governo Lula contribuiu tanto para incentivar o aumento do número de aposentados quanto de seu custo, em particular nos anos posteriores a crise onde o fluxo mensal de novas aposentadorias alcançou 1.247 ante 723 servidores.⁴

Nota-se que ambas as categorias de benefício, tanto as do regime privado de previdência quanto às transferências de renda registraram vigorosa expansão, influenciadas sobretudo pela dinâmica de seu indexador, o salário mínimo, que apresentou no período de 2004 a 2012 a maior expansão acumulada e acima da inflação, de 66%, ante os 52,3% de 1995 a 2003.

De forma geral, a queda da taxa de fecundidade e da mortalidade infantil ao longo das últimas décadas, aliadas ao aumento da expectativa de vida da população, deverão pressionar ainda mais os gastos previdenciários. Ou seja, o fato do nosso regime previdenciário ser do tipo de repartição (ou *unfunded*) – onde os trabalhadores financiam os aposentados e pensionistas – torna a situação do déficit previdenciário cada vez mais agravante.

Por outro lado, por se tratar de uma renda estável e segura, a ampliação desta parcela salarial pode contribuir para o aumento das concessões de crédito consignado, elevando o consumo das famílias, mas também o comprometimento de sua renda.

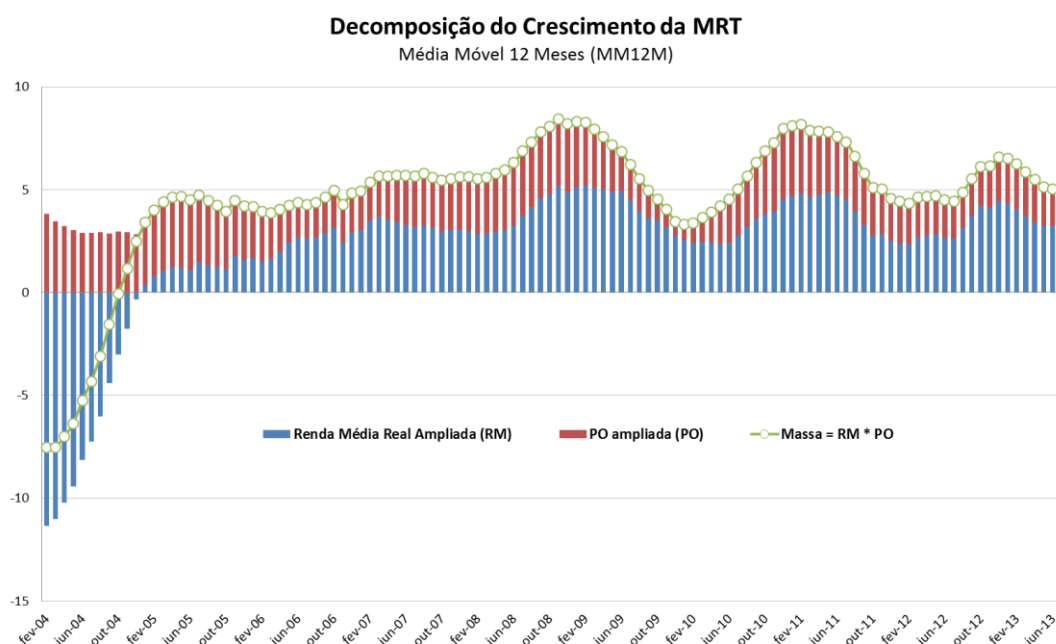
⁴ Além do salto importante para o quantitativo de servidores públicos federais aposentados a partir de 2010, destaca-se que em 2012 o fluxo de aposentadorias atingiu um dos valores mais altos e similares ao pico de quase 1.500 aposentadorias em 2003, ano de início de mandato do governo Lula. Destaca-se que essa peculiaridade possui estreita relação com a política de reajuste salarial parcelado, assinada em 2008 e vigente até 2011, para diversas categorias. Maiores detalhes em <http://bit.ly/14CFTh8>; <http://bit.ly/15V4CtV>; <http://bit.ly/15kzH6r>.

Dinâmica da Massa de Rendimentos do Trabalho (MRT)

Por fim, a Massa de Rendimentos do Trabalho (MRT) cresceu “apenas” 62,8% entre 2003 e 2012, média de 5,56% ao ano. Isso se deve ao fato do montante ser bem maior quando comparado com as transferências de renda (TR). A sua participação relativa na MSA caiu de 79,4%, em 2003 (**Anexo 2**), para 76%, em 2007, mas têm se mantido estável desde então, devido, principalmente à forte expansão do emprego e da renda média, que devem ter compensado o crescimento das TR.

Em relação à MRT, o **gráfico 3** decompõe o crescimento desse rendimento em renda média e população ocupada. Denota-se que para a renda média, a partir de 2005/06, esta apresentou taxas de crescimento maiores do que a população ocupada. Em especial, nos últimos meses de 2012, a massa voltou a crescer, em virtude, principalmente do aumento do crescimento da renda média real de todos os trabalhos. No entanto, nos primeiros meses de 2013, o ritmo de crescimento diminuiu devido ao menor crescimento real da renda média, o que mostra, provavelmente, um arrefecimento da demanda das empresas por trabalhadores.

Gráfico 3. Decomposição do Crescimento da Massa dos Rendimentos do Trabalho (Média Móvel 12 Meses; em termos reais)



Fonte: PME e PNAD/IBGE
Elaboração: FGV/IBRE

Considerações Finais

Diante dos números expostos acima, percebe-se que o forte e contínuo crescimento das TR (principalmente do PPS) fez com que sua participação na Massa Salarial Ampliada (MSA) saltasse de 20,6% em 2003 para 24,33% em 2012, cujas taxas de expansão giraram em diversos momentos não só acima dos demais componentes de renda como acima do PIB. De forma prospectiva, é grande a possibilidade que esse componente da MSA permaneça forte e ganhe de forma gradativa ainda mais participação, a julgar pelos seguintes fatores:

- (i) As políticas sociais são, de forma inegável, uma plataforma do governo atual e parece improvável que a sociedade aceite regredir nesse quesito;
- (ii) Os benefícios previdenciários devem crescer ainda mais nos próximos anos e de forma independente do governo, uma vez que as projeções do IBGE⁵ apontam para aceleração do processo de envelhecimento da população que, em última instância, irá pressionar os gastos com aposentadorias e pensões;
- (iii) O aumento real do salário mínimo será difícil de ser revertido, pois além de impopular, a atual regra de reajuste do piso foi firmada até 2023, ainda que haja uma janela para eventuais alterações, pouco prováveis, em 2015.

Dessa forma, a participação da Massa de Rendimentos do Trabalho (MRT) não só perdeu como deverá, de forma lenta e gradual, continuar reduzindo sua participação na MSA que de 2003 para 2012 reduziu-se de 79,4% para 75,7%, respectivamente. Todavia, destaca-se que essa queda ocorreu principalmente entre os períodos de 2003 a 2007, e desde então, tem permanecido constante. Essa dinâmica ocorre, em

⁵ De acordo com o IBGE, em 2008 a parcela da população com 65 anos ou mais representava 6,53%, contudo, a projeção é que em 2020 esse número seja de 9,23% e em 2050 ultrapasse os 22,71%. Projeções disponíveis em: <http://bit.ly/nuSp1d>.

parte pela queda da taxa de desemprego e por outra, pelas elevadas taxas de crescimento da renda real até o fim de 2012, como destacado anteriormente.

Como quedas adicionais do desemprego são pouco prováveis pelo fato da economia situar-se próximo de seu nível de pleno emprego, as elevadas taxas de crescimento da MRT só devem permanecer no cenário de manutenção de expansão importante do rendimento médio real. Todavia, destaca-se que esse movimento contribuiria para elevar as pressões inflacionárias. Portanto, é provável que a MRT perca um pouco de importância nos próximos anos em relação às demais transferências, mais influenciadas por questões demográficas (estruturais) e decisões políticas (discricionárias).

BOX: Um pouco mais sobre a Metodologia do Indicador de Massa Salarial Ampliada (MSA)

Para a construção de uma medida de massa salarial ampliada foi utilizado como fundamento à metodologia básica desenvolvida pelo Banco Central⁶ e aprimorada em diferentes relatórios posteriores⁷. De forma algébrica, a MSA possui a seguinte composição:

$$MSA = MRT + PPS + BP$$

Onde a MRT é ampliada para todo o país e não apenas constantes das regiões metropolitanas, sendo formada pelo produto da população ocupada e da média dos rendimentos efetivos de todos os trabalhos ($MRA = PO \times RM$). Já os benefícios de proteção social (BPS) e previdenciários (BP), ambos componentes da transferência de renda às famílias, possuem a seguinte composição, respectivamente: Programa Bolsa Família, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Benefício de Prestação Continuada (BPC).⁸ O termo BP representa o volume de Benefícios Previdenciários, associados ao Regime Geral (RGPS) e Próprio (RPPS) de Previdência Social.

⁶ “Massa Salarial Ampliada: Conceito e Evolução Recente”, publicado no Relatório de Inflação de setembro de 2009.

⁷ “Massa Salarial Ampliada e Massa Salarial Ampliada Disponível: acurando o conceito e a evolução comparativa recente”, publicado no Relatório de Inflação de junho de 2010 e “Endividamento e Comprometimento de Renda das Famílias com Dívidas Bancárias: revisão metodológica” publicado no Relatório de Estabilidade Financeira de Setembro de 2011.

⁸ O BPC é composto pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV).

Para o cálculo da MRT ampliada foi utilizado um fator calculado através da razão entre a PO encontrada na PNAD *vis-à-vis* a verificada na PME. Com o objetivo de suavizar o fator apurado entre 2002 e 2011, utilizamos as médias encontradas para as diferentes pesquisas em seus respectivos períodos, de tal forma que:

$$fatorPO = \frac{PO_{PNAD}}{PO_{PME}},$$

O mesmo procedimento foi aplicado à variável renda média (RM), de forma a se obter um fator RM. Nesse ponto, vale ressaltar uma atualização metodológica ante nossas publicações anteriores: Passamos a considerar na renda do trabalho, não apenas aquela relativa ao trabalho principal e sim a renda de todos os trabalhos, naturalmente superior.

Assim, o fator que expande a massa de rendimentos efetivos de todos os trabalhos, oriundos da PME para todo o Brasil é obtido através do quociente destas duas variáveis, quais sejam: renda média da PNAD e da PME, ambas para todos os trabalhos. A premissa utilizada para expansão da renda em frequência mensal, ante a relação anual entre as duas pesquisas, é de que esta relação possui relação intertemporalmente constante.

Anexo

Anexo 1. Massa Salarial Ampliada Anual seus Componentes (em R\$ milhões, a preços de maio/2013*).

| Crescimento REAL (%) | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| Programas de Proteção Social | 56,90 | 39,27 | 18,31 | 19,85 | 16,97 | 8,87 | 18,74 | 9,45 | 6,80 | 10,76 | 16,37 |
| Bolsa Família | 78,95 | 135,71 | 34,83 | 12,12 | 15,04 | 15,01 | 14,20 | 14,42 | 8,02 | 15,15 | 29,79 |
| BPC (LOAS + RMV) | | 58,30 | 15,44 | 20,82 | 17,54 | 7,01 | 12,66 | 11,74 | 5,05 | 11,30 | 8,77 |
| Abono e Seguro Desemprego | 0,30 | 8,05 | 12,72 | 23,47 | 17,51 | 7,23 | 25,99 | 5,39 | 7,45 | 8,01 | 14,74 |
| Benefícios Previdenciários | 3,99 | 8,69 | 7,73 | 8,65 | 7,40 | 2,91 | 8,05 | 7,41 | 2,89 | 8,37 | -0,41 |
| RGPS | 6,38 | 10,08 | 8,78 | 9,00 | 7,90 | 1,93 | 7,47 | 7,88 | 3,53 | 6,73 | 6,99 |
| RPSP | -2,96 | 4,26 | 4,18 | 7,44 | 5,64 | 6,48 | 10,05 | 5,84 | 0,65 | 14,19 | -20,97 |
| Fundos de Pensão | | | | | | | | | | | |
| Total de Transferência de Renda | 7,38 | 11,56 | 8,96 | 10,07 | 8,72 | 3,80 | 9,71 | 7,76 | 3,56 | 8,79 | 2,31 |
| Massa de Rendimentos do Trabalho | 10,82 | 2,57 | 4,29 | 4,96 | 5,80 | 8,56 | 3,51 | 8,32 | 4,63 | 6,8 | 2,71 |
| Massa Salarial Ampliada (MSA) | 10,09 | 4,42 | 5,32 | 6,12 | 6,49 | 7,42 | 4,95 | 8,18 | 4,37 | 7,30 | 2,61 |

Fonte: PME e PNAD/IBGE, STN e Senado Federal

Elaboração: FGV/IBRE

*2013 acumulado até junho.

Anexo 2:

Crescimento Real da Massa Salarial Ampliada Anual e de seus Componentes, 2003 a 2012

| Crescimento REAL (%) | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
| Programas de Proteção Social | 53,83 | 39,79 | 19,53 | 20,92 | 16,43 | 7,96 | 18,58 | 9,38 | 6,84 | 10,69 |
| Bolsa Família | 75,89 | 136,50 | 36,23 | 13,13 | 14,52 | 14,06 | 14,04 | 14,33 | 8,06 | 15,09 |
| BPC (LOAS + RMV) | | 58,87 | 16,64 | 21,89 | 17,01 | 6,13 | 12,50 | 11,66 | 5,08 | 11,27 |
| Abono e Seguro Desemprego | -1,70 | 8,48 | 13,88 | 24,55 | 16,96 | 6,32 | 25,83 | 5,34 | 7,50 | 7,92 |
| Benefícios Previdenciários | 2,01 | 9,12 | 8,82 | 9,59 | 6,92 | 2,06 | 7,90 | 7,33 | 2,93 | 8,33 |
| RGPS | 4,37 | 10,53 | 9,88 | 9,94 | 7,41 | 1,10 | 7,32 | 7,79 | 3,58 | 6,69 |
| RPSP | -4,85 | 4,65 | 5,25 | 8,39 | 5,19 | 5,57 | 9,90 | 5,75 | 0,70 | 14,18 |
| Fundos de Pensão | | | | | | | | | | |
| Total de Transferência de Renda | 5,33 | 12,00 | 10,07 | 11,03 | 8,24 | 2,94 | 9,56 | 7,67 | 3,60 | 8,75 |
| Massa de Rendimentos do Trabalho | 8,75 | 2,90 | 5,38 | 5,89 | 5,34 | 7,66 | 3,37 | 8,23 | 4,67 | 6,8 |
| Massa Salarial Ampliada (MSA) | 8,03 | 4,77 | 6,41 | 7,05 | 6,02 | 6,53 | 4,81 | 8,09 | 4,41 | 7,26 |

Fonte: PME e PNAD/IBGE, STN e Senado Federal.

Elaboração: FGV/IBRE

Anexo 3:

Participação dos Componentes da MSA em relação ao Total (em %), 2003 a 2013*.

| Participação (%) | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Programas de Proteção Social | 1,93 | 2,57 | 2,88 | 3,25 | 3,58 | 3,62 | 4,10 | 4,15 | 4,24 | 4,38 | 4,50 |
| Bolsa Família | 0,24 | 0,54 | 0,69 | 0,73 | 0,79 | 0,84 | 0,92 | 0,97 | 1,00 | 1,08 | 1,30 |
| BPC (LOAS + RMV) | 0,59 | 0,89 | 0,98 | 1,11 | 1,23 | 1,22 | 1,31 | 1,36 | 1,37 | 1,42 | 1,59 |
| Abono e Seguro Desemprego | 1,10 | 1,14 | 1,21 | 1,41 | 1,56 | 1,56 | 1,87 | 1,82 | 1,87 | 1,89 | 1,62 |
| Benefícios Previdenciários | 18,65 | 19,41 | 19,84 | 20,30 | 20,47 | 19,61 | 20,19 | 20,05 | 19,76 | 19,95 | 19,96 |
| RGPS | 14,20 | 14,96 | 15,44 | 15,85 | 16,06 | 15,24 | 15,60 | 15,56 | 15,44 | 15,36 | 15,76 |
| RPSP | 4,45 | 4,44 | 4,39 | 4,45 | 4,41 | 4,38 | 4,59 | 4,49 | 4,33 | 4,59 | 4,20 |
| Fundos de Pensão | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total de Transferência de Renda | 20,58 | 21,97 | 22,72 | 23,55 | 24,05 | 23,24 | 24,29 | 24,19 | 24,01 | 24,33 | 24,46 |
| Massa de Rendimentos do Trabalho | 79,42 | 78,03 | 77,28 | 76,45 | 75,95 | 76,76 | 75,71 | 75,81 | 75,99 | 75,7 | 75,5 |
| Massa Salarial Ampliada (MSA) | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

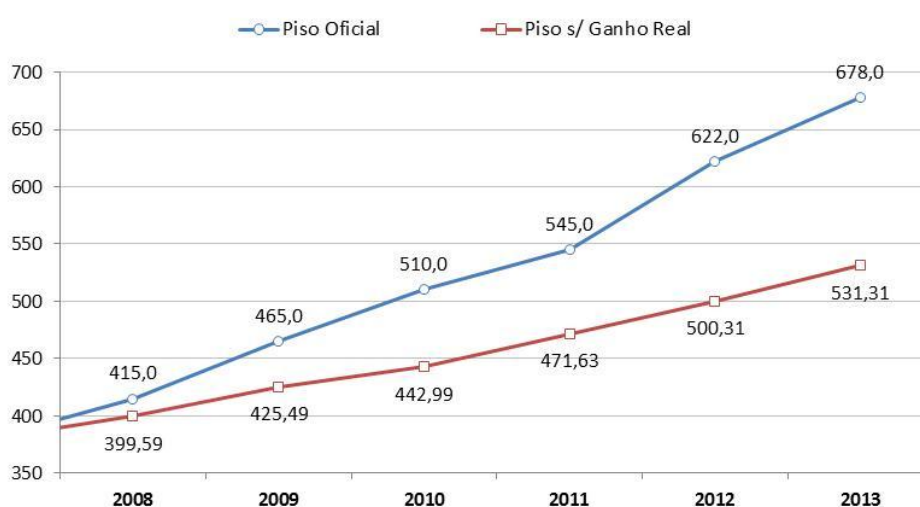
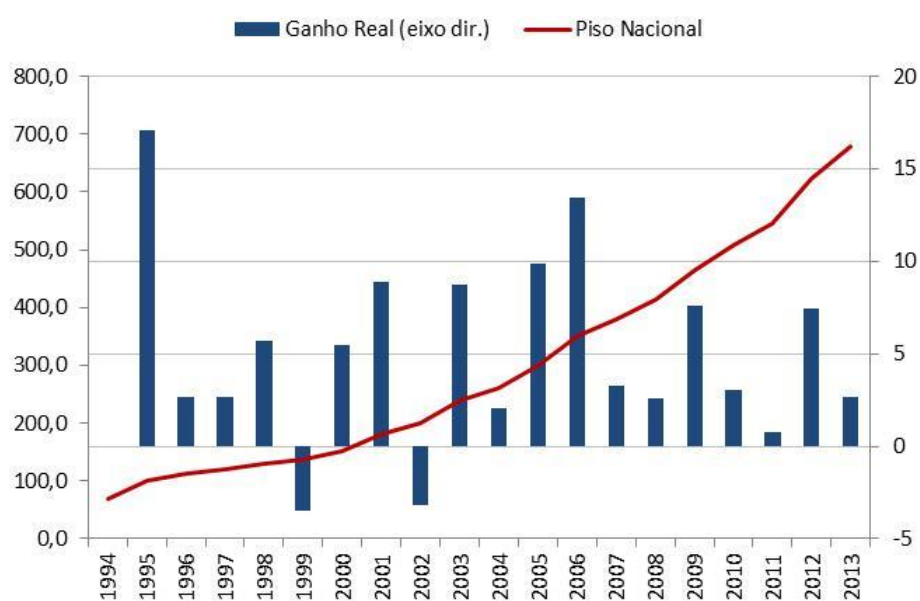
Fonte: PME e PNAD/IBGE, STN e Senado Federal.

Elaboração: FGV/IBRE

*2013 acumulado até junho.

Anexo 4:

Evolução e Dinâmica de Ganhos Reais do Salário Mínimo

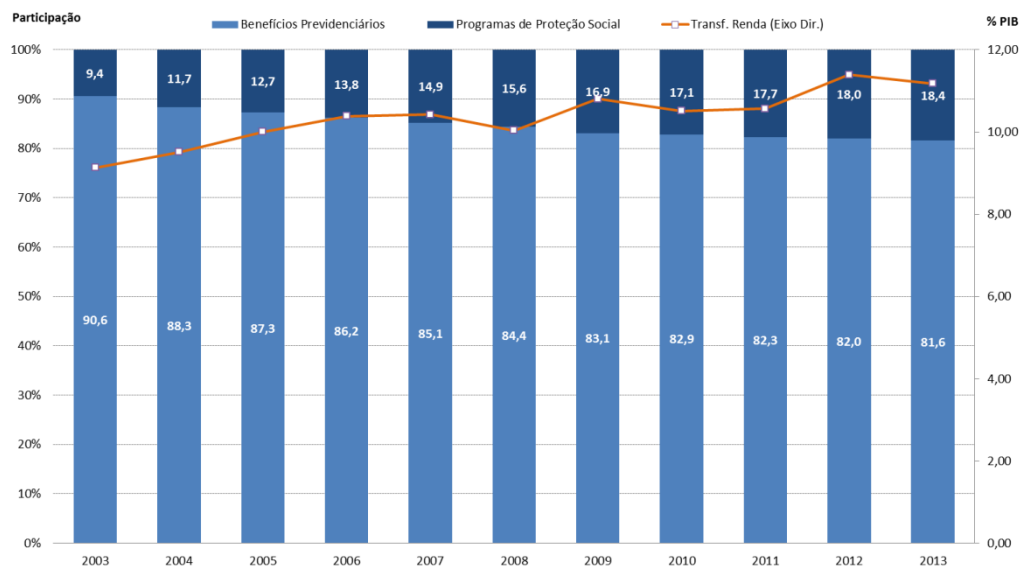


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Elaboração: FGV/IBRE

Anexo 5:

Evolução dos Componentes do Grupo Transferências de Renda, 2003 a 2013*.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Elaboração: FGV/IBRE

*2013 acumulado até junho.



www.fgv.br/ibre

Rio de Janeiro

Rua Barão de Itambi, 60
22231-000 - Rio de Janeiro – RJ

São Paulo

Av. Paulista, 548 - 6º andar
01310-000 - São Paulo - SP